

Assessoria Técnica e Autoprodução do Espaço:

uma abordagem socioambiental

ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO (Curso de Arquitetura e Urbanismo - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Viviane Zerlotini da Silva (Curso de Arquitetura e Urbanismo - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

RESUMO GERAL

No campo da Arquitetura e do Urbanismo, se deslocado muitas vezes (entre as Artes, as Engenharias, as Ciências Sociais), desta vez confrontado com a anunciada dissolução das fronteiras disciplinares e entre saberes, é notável hoje a aproximação entre técnicos e autoprodutores de espaço. O fato de técnicos não sabermos, naturalmente, se tal aproximação é inédita, ou, se não, quão distinta de aproximações outras em momentos outros da história da nossa urbanização é, por si só, emblemático: não se trata de uma tradição. Não foi por aí que nos guiamos desde o século XIX, quando a autoprodução passou a se distinguir de outras maneiras de fazer casa, roça, cidade e, desde então, ainda que diversamente, estranhada, indesejada ou temida, não obstante cotidianamente praticada, e constituinte de grande parte do nosso território, a essa altura do século XXI, todo urbano, ainda que não completamente urbanizado ou esquadrinhado pelas técnicas de urbanização heterônomas. Três questões, ainda básicas, portanto, merecem ser elucidadas, e urgente é a sua colocação neste momento exigente tanto de uma reconstrução social das políticas ambiental, urbana, habitacional, quanto do reconhecimento mútuo dos múltiplos atores no palco da produção do espaço. São elas: - o que é a assessoria técnica direta; - como se realiza; - a que serve. A sessão livre - Assessoria Técnica Direta e Autoprodução do Espaço: uma abordagem socioambiental - chama ao debate aqueles que estão em campo: os autoprodutores e os técnicos que os assessoram diretamente, e os demais atores que integram esse campo de disputa ao mesmo tempo teórico e prático, técnico e político: movimentos sociais, lideranças, instituições de ensino, pesquisa e extensão, poder público. Para potencializar a fricção entre esses sujeitos e suas contradições, necessária para o avanço técnico e científico da assessoria técnica direta no espaço autoproduzido, esta sessão organiza-se exclusivamente em mesa redonda, nas quais têm lugar inscritos e convidados. Entre esses últimos, indistinta e proporcionalmente, aqueles que, na distância entre classes da cotidianidade que a assessoria técnica direta parece pretender vencer, ainda mal se identificam.

Essa proposta origina-se da experiência do Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Desde 2002 o Escritório de Integração vem tomando, como seu objeto, áreas potenciais para experimentação de processos e técnicas de urbanização e, como seu interlocutor, grupos sociais cuja condição periférica é reproduzida pelas políticas urbanas e habitacionais públicas, antecipando-se à recente perceptível aproximação entre as universidades e os movimentos sociais organizados no campo da Arquitetura e Urbanismo. O objetivo dessa proposta é, a partir dessas experiências em distintos estágios de urbanização, reagir mais efetivamente à fragilidade dessas áreas - e dos grupos sociais que as produzem - diante da dominação de um processo de urbanização econômica e politicamente perverso, socialmente excludente e ambientalmente predatório. Isso significaria não apenas o atendimento a demandas pontuais, mas, a partir do atendimento a demandas, uma abordagem dos processos pelas quais elas se reproduzem. A importância dessa proposta para a comunidade acadêmica está na discussão de metodologias e técnicas de proposição e de execução na escala urbana, capazes de reorientar a atuação profissional do arquiteto-urbanista. Isso não significa, contudo, a busca de metodologias e técnicas exclusivas para as áreas de moradia de população de baixa renda ou metodologias e técnicas exclusivas para as demandas de grupos de baixa renda. Consideramos que o processo de urbanização dominante, reprodutor de injustiças várias, inclusive a injustiça ambiental, é cruel para todos nós. Não obstante, é a cidade resultante desse processo (a casa isolada no lote, o terreno cortado em platô, o curso d'água canalizado e coberto, a rua restrita a função de circulação, o asfalto, o automóvel etc) aquela tomada como ideal também pelos grupos de baixa renda. Em síntese, tais metodologias e técnicas precisam ser melhor acessadas pelos mais diversos grupos que pensam, sob o peso de um modelo de urbanização dominante mas não único, que não há saída. A importância dessa proposta para a comunidade externa está no acesso a essa experimentação e aos pressupostos que a orientam, na inversão de processos predatórios e excludentes de urbanização e na conquista do direito não apenas à terra urbanizada ou à moradia, mas a uma cidade, com a qualidade que o conceito ainda guarda, inclusive em sua dimensão política.

O território é autoproduzido. Os próprios moradores organizam-se para traçar os lotes, as quadras e as ruas, para definir os espaços destinados a equipamentos (em geral centro comunitário com área livre próxima, mas também igreja, ou creche, ou ainda horta comunitária, nalguns casos), para prover o abastecimento de água (captação direta) e de energia (o denominado gato), a coleta de esgoto (a céu aberto ou por meio de fossas), a coleta de lixo (quando realizada, é manual, sendo o lixo transportado para caçambas ou terrenos situados nas proximidades das ruas de acesso, onde há o serviço público de coleta), e para construir suas próprias casas (em geral em alvenaria, com uso de material reciclado). Fazem tudo isso usando seus próprios recursos e em processo de negociação interna incessante e intenso, muitas vezes sob pressão econômica e política extrema.

Para o EI, o espaço autoproduzido, ainda que produto e reprodutor de espoliações várias, e o processo mesmo de autoprodução do espaço guardam potenciais que não são reconhecidos, quando não temidos e aniquilados pelo próprio Estado. A incompletude da urbanização segundo o modelo hegemônico; o baixo consumo de recursos, incluindo a terra; a independência da indústria e da cadeia produtiva da construção civil; a constituição de práticas econômicas, associativas e construtivas outras; a autonomia: tudo isso faria do

espaço autoproduzido um campo privilegiado para a investigação e a experimentação tanto de metodologias e processos de projeto, quanto de técnicas e práticas de construção.

A partir do reconhecimento dos processos autoproduzidos, a sessão livre pressupõe os preceitos da Ecologia Política, os quais consideram as relações sociais necessariamente espaciais e vice-versa, isto é, distintas relações com a natureza ou distintos processos, técnicas e práticas de urbanização respondem, suportam e reproduzem distintas relações de poder.

Sob a angústia da inexistência, no Brasil, de estudos sistemáticos da chamada urbanização informal e de uma tradição de assessoria técnica direta, o El vem investigando e experimentando metodologias, tecnologias e práticas pedagógicas diversas. Elas são marcadas pela tentativa de aproximação e des-hierarquização entre saberes informais e formais, orientadas à emancipação técnica e econômico-política e à desalienação e autossustentação dos processos de produção do espaço, segundo diretrizes acadêmicas propostas no Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, elaborado em 2008.

Considerando a complexidade da produção do espaço dos territórios autoproduzidos, em suas dimensões quantitativas (área de ocupação e quantidade de moradores), e qualitativas (potencialidades dos processos autoproduzidos, vulnerabilidade social e física dos moradores, violência do conflito fundiário), a sessão temática abordará as metodologias das práticas de assessoria técnica direta, com a intenção de potencializar as experiências.

DOS CONFRONTOS TÉCNICOS E COMUNITÁRIOS ÀS POSSIBILIDADES DE ALIANÇAS NA DEFESA DE TERRITÓRIOS AUTOPRODUZIDOS: os desafios de interlocação com a defesa civil no contexto de desastre

Norma Valencio (Universidade Federal de São Carlos-UFSCar - São Paulo)

Ano após ano, mais de $\frac{1}{4}$ dos municípios brasileiros declaram emergência, o que se configura não apenas em uma circunstância socioespacial adversa, mas num respaldo legal que embasa uma prática administrativa local excepcional que frequentemente afronta os direitos da pessoa humana. Ou seja, se traduz num *estado de exceção* no sentido conferido por Agamben (2004). Sob tal manto, os órgãos de defesa civil - em colaboração com outras instituições técnicas, como as do setor de obras, de serviço social e de segurança pública - têm tido maior respaldo para enquadrar territórios autoproduzidos de baixa renda como “áreas de risco” e encaminhar providências para a sua aniquilação, o que implica a adoção de abordagens violentas aos moradores locais. A crescente influência militar no Sistema institucional de que participam (SINPDEC) caracteriza os órgãos de defesa civil. Disso decorre a naturalização de disseminação de narrativas institucionais de ordem social nas quais tais territórios são interpretados como espaços de transgressão, o que balizaria tanto as recomendações para a sua dissolução quanto a expectativa técnica de que os moradores acatem passivamente o seu banimento. Tal problemática torna imperativo a atuação de

outros grupos técnicos no contrabalanceamento de forças nesse campo político que o desastre delinea.

MELHORIAS HABITACIONAIS EM UNIDADES AUTOCONSTRUÍDAS: potencialidades e desafios

Cláudia Bastos Coelho (Prefeitura do Município de Diadema - São Paulo)

A inadequação domiciliar no Brasil, estimada em 10,32 milhões de domicílios, supera o déficit habitacional - 5,43 milhões de domicílios (FJP, 2012) – mostrando que a necessidade de urbanizar e reformar é maior do que a de construir novas moradias. Apesar dos avanços obtidos com intervenções de urbanização de favelas e implantação de infraestrutura em áreas periféricas, ainda há um amplo cenário de precariedades relacionado às unidades habitacionais autoconstruídas. Na tentativa de minimizar este quadro, o Estado, através de diferentes entes federativos, vem implantando programas de melhorias habitacionais que associam assistência técnica, disponibilização de recursos subsidiados para a realização de reformas e geração de trabalho e renda. Estas iniciativas partem do pressuposto de que há um grande potencial no estoque autoconstruído que agrega, não somente, os recursos financeiros investidos pelos moradores, mas todo um histórico de luta pela posse da terra e os esforços das famílias em torno da construção da unidade. A implantação dos programas, no entanto, enfrenta uma série de adversidades relacionadas ao caráter individualizado das intervenções e à limitação de recursos. A presente palestra propõe uma reflexão sobre as iniciativas de melhorias habitacionais realizadas pelo Estado, tendo como referência a experiência do município de Diadema (SP).

Coletivos de trabalho e autoprodução em ocupações urbanas: revisitando o debate Chico-Usina a partir de uma experiência em Ribeirão das Neves

William Azalim do Valle – Brigadas Populares e Núcleo Alternativas de Produção, Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais

A atuação militante enquanto assessor técnico de ocupações urbanas é uma prática que se intensificou nas últimas décadas, enquanto externalidade da própria ação dos autoprodutores do espaço urbano. O engajamento desses técnicos ora se dá como forma de legitimar essa ação dos autoprodutores, na produção de argumentação técnica para assegurar a posse da terra, ora se dá na assessoria direta à produção do espaço e das condições de reprodução das famílias ocupantes. Nos propomos a relatar uma experiência de assessoria técnica, denominada *Ações Residuais*, desde a perspectiva da engenharia de produção e da ergonomia, em uma ocupação urbana em Ribeirão das Neves. Trata-se de uma assessoria centrada na difusão e apropriação de técnicas de reapropriação dos resíduos, sejam eles sólidos, sanitários ou espaciais; e na promoção de coletivos de trabalho. Por espaços residuais, entendemos tanto aqueles que restam sem uso, como beiras de córregos e áreas de servidão de instalações elétricas, assim como os espaços de moradia

familiar, comumente residual frente aos espaços comuns possíveis, nas propostas de requalificação urbana dadas pela assessoria técnica. A partir dessa experiência, nos propomos visitar o debate entre Chico de Oliveira e o coletivo Usina, como forma de validação ou não do método de assessoria praticado.

UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE ATER VOLTADA PARA ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Fábio Ramos Nunes (Assentamento Ho Chi Minh, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Município de Nova União - Minas Gerais)

A constituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater representa um marco importante na extensão rural voltada para a reforma agrária no Brasil, superando as características emergenciais e regionalizadas das primeiras iniciativas direcionadas a esse público. Em termos financeiros, tornou-se uma das principais políticas de desenvolvimento do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário. Contudo, apesar dos esforços para concretizar as ações da Política, observa-se, ainda hoje, problemas que dificultam a implementação e continuidade dos trabalhos de ATER. Neste sentido, propomos uma análise da evolução da Política desde o ano de 2003 em número de famílias atendidas, recursos financeiros disponibilizados e as medidas recentes que direcionam ao enfraquecimento das políticas destinadas à reforma agrária. A descontinuidade dos serviços de assessoria técnica afeta diretamente a organização social e produtiva dos assentados, principalmente na liberação de recursos financeiros fundamentais para o desenvolvimento produtivo, desde o preparo do solo aos processos de comercialização, além de demandas elementares como o acesso à moradia digna, à água potável, estradas, dentre outros. O enfrentamento aos desafios colocados se dá a partir da mobilização permanente dos movimentos sociais nas lutas gerais e da cooperação entre as famílias assentadas e entidades que desenvolvem trabalhos de cunho social nas áreas de reforma agrária.

CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A PRODUÇÃO DE UM CONHECIMENTO SÓCIO AMBIENTAL

Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt (Escritório de Integração - Curso de Arquitetura e Urbanismo - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Como o ambiente acadêmico pode contribuir para a produção de um conhecimento sócio ambiental? Qual o papel da realidade na produção científica e na concepção das racionalidades que orientam o conhecimento técnico? A extensão se apresenta como uma poderosa maneira de tirar o pesquisador do seu lugar distante, da sua visão de mundo que se aprofunda e se aliena do outro, o objeto de pesquisa e de intervenção. Pela sua vinculação original com o ensino, a extensão se realiza por um constante processo de renovação de princípios e práticas ao se vivenciar o desafio de aprender na ação. Se a assessoria técnica se propõe a vencer a separação ou mais, consolidar um outro lugar social do técnico junto aos lugares e grupos sócio e ambientalmente espoliados (assim como toda

a sociedade urbana) de um meio ambiente sustentável, por que não atuar nos espaços da autoprodução. Propõe-se apresentar os princípios de extensão, as práticas didáticas e o aprendizado técnico-científico e sócio ambiental acumulado pelas ações de assessoria técnica direta ao território e aos moradores dos espaços autoproduzidos das ocupações urbanas da RMBH, pelos projetos de pesquisa e de extensão e atividades de disciplinas de graduação e pós-graduação desenvolvidas pelo corpo acadêmico do Escritório de Integração do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUCMINAS.